DEFICIÊNCIA MOTORA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: CONTRIBUIÇÕES E SUGESTÕES AOS EDUCADORES

Prof. Me. Glaciene Januário Hottis Lyra¹

RESUMO

No Brasil, a grande maioria dos 17 milhões (SASSAKI, 2003) de pessoas com deficiência tem sido excluída de todos os setores da sociedade, sendo-lhes negado o acesso aos principais benefícios, bens e oportunidades disponíveis às outras pessoas em todas as áreas de atividade, tais como educação, saúde, mercado de trabalho, lazer, desporto, turismo, artes e cultura. Esta afirmação, que se apresenta como uma denúncia consta em diversos documentos, moções, relatórios, palestras etc. A presente pesquisa apresenta a exclusão social de pessoas com deficiência, que ocorria, antigamente, em seu sentido total - elas eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas.

Palavras-chave: Exclusão Social. Didática. Práticas Pedagógicas. Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

A palavra “inválida” significa "sem valor". Assim, as pessoas com deficiência seriam inválidas, ou seja, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todas as pessoas que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 2003b, p. 31).

1 Mestre em Teologia, Educação e Religião – UFRGS. Psicopedagoga Clínica e Hospitalar. Professora e Coordenadora de Extensão – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Carangola). E-mail: hottislyra@gmail.com

Nenhuma atenção educacional era provida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas "possuídas por maus espíritos ou vítimas da sina diabólica e feitiçaria." (JÖNSSON, 1994, p. 61 apud MANTOAN, 1997). No extremo oposto, outros grupos consideravam a deficiência como sinal de distinção, a qual trazia para a pessoa um privilégio especial. Esta maneira de pensar levava-os a poupar essa pessoa (SASSAKI, 1963, p. 46).

Partido do modelo de exclusão observa-se que a inclusão vem se estimulando com inserção de pessoas com deficiências. Com a inclusão há hoje em sala de aula alunos com deficiências físicas, mas mesmo com a inclusão existem alguns tipos de incompreensão com essas crianças. Padilha (2000) enfatiza que alguns procedimentos de avaliação marcam a história de vida da pessoa com deficiência, a qual não se resume apenas às determinações biológicas. Ela defende ainda que as avaliações para medir a inteligência não consideram, na maioria das vezes, a reconstrução da linguagem pelos sujeitos com impedimentos de se expressar.

É preciso levar em conta a situação de deficiência, ou seja, a condição que resulta da interação entre as características da pessoa e as dos ambientes em que ela está provisoriamente ou constantemente inserida. (CARNEIRO, 2006)

Em alguns casos de barreiras que acontece com crianças com deficiências motoras sejam elas de maus tratos e descuidado pela família ou pelo acolhedor dessa criança deve solicitar ajuda ao conselho tutelar não significa assumir atitude provocativa ou de culpabilidade ante os pais, e, sim, proteger a criança que pode estar em situação de risco. Vale ressaltar que antes de contatar o Conselho Tutelar, a escola deve procurar estabelecer parcerias produtivas com as famílias, a fim de acolher as dificuldades destas, ao evitar que os problemas se agravem. (PRIOSTE E MACHADO, 2006)

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo as com deficiências, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (GOLFREDO 2002, p. 41).

Golfredo, no artigo "Educação: Direito de todos os brasileiros" (1999, p. 28) destaca que o nosso atual texto constitucional (1988) consagra no Art. 205, a educação como direito de todos e dever do estado e da família, termo referido anteriormente.

Concorda-se plenamente com o autor quando realça, citando o Art. 205, colocando que a educação é direito de todos os brasileiros, porém sabemos que nem todos são atendidos e contemplados no seu direito.

No Art. 206, podem-se destacar princípios eminentemente democráticos, cujo sentido é nortear a educação, tais como: a igualdade de condições não só para o acesso, mas também para a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas, a existência do ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público.

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOLFREDO, 1999, p. 31).

2 TECNOLOGIA ASSITIVA (TA)

De acordo com Bersch e Tonolli (2005), o termo “tecnologia assistiva” é novo, no entanto sua origem, de fato, pode estar na pré-história, quando o homem fez, pela primeira vez, o uso de um galho de árvore, promovendo com ele apoio para seguir caminhado, ao fraturar uma de suas pernas, após uma queda. A bengala improvisada permitiu a retomada de uma função, a marcha, que estava impedida pela fratura acidental.

Almeida (2004) define tecnologia assistiva como “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências”.

Tecnologia assistiva refere-se a todo e qualquer item, equipamento, produto ou sistema que contribua com o desenvolvimento das potencialidades de indivíduos com limitações físicas, sensoriais, cognitivas, motoras, dentre outras restrições ou disfunções que caracterizam uma deficiência ou incapacidade de qualquer natureza. (MANZINI, 2005)

Para o autor tratam-se, pois, de meios e alternativas que possibilitem a resolução de dificuldades destes indivíduos quanto ao desempenho das atividades de

vida diária, à locomoção, à aprendizagem, à comunicação, à inserção na vida familiar, comunitária e no mundo do trabalho. Consistem em uma variedade de recursos, equipamentos, ferramentas, acessórios, dispositivos, utensílios, artefatos, técnicas, serviços, estratégias ou adaptações que possibilitem segurança, autonomia e independência para crianças, jovens ou adultos que deles necessitem.

De acordo com Bersch e Tonolli (2005), a tecnologia assistiva deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.

Para os dois autores a tecnologia assistiva deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. O objetivo da tecnologia assistiva é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social.

Segundo Martins Neto e Rollemberg (2005), o uso de tecnologias assistivas no Brasil ainda é restrito, tanto para instrumentos de alta tecnologia, como para os menos sofisticados, os que auxiliam a realização das atividades do dia-a-dia (higiene pessoal, alimentação, vestuário, manuseio de livros, manuseio de telefones, escrita, etc.).

Vale ressaltar que existem muitas pessoas com deficiências que tiveram suas vidas mudadas através da tecnologia assistivas, pois contribuiu para seu desenvolvimento enquanto deficiente uma vida.

MartinsNeto e Rollemberg (2005) entendem que a ausência de uma política pública de incentivo ao desenvolvimento e à produção de tecnologia assistiva no Brasil, contribui fortemente para que a sociedade em geral desconheça o potencial dessa tecnologia para a autonomia de idosos e de pessoas com necessidades especiais e sua real contribuição para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Para os autores do trecho acima a tecnologia assistiva é um importante instrumento que não pode ser desconsiderado, pois colabora para inclusão social e na conquista e prática da cidadania.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e

participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007)

É considerada Tecnologia Assistiva, portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade.

De acordo com Sasaki, Tecnologia Assistiva também é:

[...] a tecnologia destinada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado etc.) a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes, então, podem ser uma cadeira de rodas de todos os tipos, uma prótese, uma órtese, uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho e outras). (SASSAKI 1996, p. 01)

Diante disso, é percebido que a Tecnologia Assistiva abrange diversas áreas: desde recursos pedagógicos adaptados à recursos de acessibilidade ao computador e recursos para atividade da vida diária como adaptações de jogos e brincadeiras, além de equipamentos de auxílio à pessoas cegas e/ou com baixa visão.

Conforme complementa Pelosi (2003, p.183):

A Tecnologia Assistiva engloba áreas como a comunicação suplementar e/ ou alternativa, as adaptações de acesso ao computador; equipamentos de auxílio para visão e audição; controle do meio ambiente; adaptação de jogos e brincadeiras, adaptações de postura sentada, mobilidade alternativa, próteses e a integração dessa tecnologia nos diferentes ambientes como a casa, escola e local de trabalho (PELOSI 2003, p.183).

Portanto, a Tecnologia Assistiva ainda é uma expressão nova, em processo de construção e sistematização, porém são recursos, muitas vezes, presentes em nosso dia-a-dia, pois qualquer ferramenta improvisada caracteriza o uso de Tecnologia Assistiva, como faz notar Manzini (2005, p. 82):

Os recursos de Tecnologia Assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de Tecnologia Assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez

moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI 2005, p.82)

Contudo, há uma infinidade de possibilidades de recursos para melhor atender o público deficiente e/ou com NEE (necessidades educacionais especiais): desde aqueles de baixo custo, improvisados e/ou adaptados até aqueles de alto padrão que busca o atendimento especializado. Entretanto, todos os modelos necessitam serem pesquisados, divulgados e desfrutados ao público supracitado, de modo que atenda as especificidades destes individualmente, de acordo com cada necessidade, em prol de uma vida mais independente, adquirindo a verdadeira inclusão escolar e social.

Em pesquisas realizadas nota-se que a Tecnologia Assistiva apresenta-se com disponibilização de recursos e adaptações, conforme mostra as figuras abaixo, às vezes construídas pelos próprios professores e/ou famílias das pessoas deficientes ou com NEE, tornando-se um diferencial na vida diária desse público. O objetivo primordial da Tecnologia Assistiva é facultar às deficientes e/ou com NEE maior independência, melhor qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação das possibilidades de comunicação, mobilidade e especialmente aprendizagem.

2.1 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Santarosa (1997) fala sobre as utilidades da (TIC) tecnologia de informação e comunicação. As(TIC) Tecnologias Assistivas, também são utilizadas para controle do ambiente, possibilitando que a pessoa com comprometimento motor possa comandar remotamente aparelhos eletrodomésticos, acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, enfim, ter um maior controle e independência nas atividades da vida diária.

O autor fala sobre a TIC como ferramentas ou ambientes de aprendizagem. As dificuldades de muitas pessoas com necessidades educacionais especiais no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem têm encontrado uma ajuda eficaz na utilização das TIC como ferramenta ou ambiente de aprendizagem. Pesquisas realizadas em diferentes instituições¹ têm demonstrado a importância dessas tecnologias no processo de construção dos conhecimentos desses alunos.

De acordo com Santarosa (1997) as TIC podem ser utilizadas como meio de inserção no mundo do trabalho profissional, aonde pessoas com grave comprometimento motor vêm podendo se tornar cidadãs, ativas e produtivas em vários casos garantindo o seu sustento, através do uso das TIC.

Hoje em dia, é sabido que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo. (LEVY, 1999)

2.2 CONTRIBUIÇÕES AOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR

Sabemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos.

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, direciona-se a atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo. Sugerimos algumas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas), possíveis de serem aplicadas.

De acordo com o MEC as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

Essas adaptações são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instâncias superiores e terem sua implementação totalmente realizada através do trabalho docente.

De acordo com Ministério da Educação (2000), de modo geral dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão: A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula; Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar; Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar; Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários; Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula; Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral; Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

As adaptações de pequeno porte (não significativas) constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula.

Além dessas adaptações gerais, é importante refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade.

É importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

2.3 A UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO

O aumento cada vez mais significativo de alunos com necessidades educacionais especiais tem sido uma constante preocupação dos professores e equipe pedagógica nas escolas públicas.

Segundo Gómez e Terán (2008, p.30), “é importante ajudar essas crianças a conhecerem seus pontos fortes, a compreenderem que suas dificuldades não existem por falta de capacidade e, a descobrirem estratégias que sejam úteis ao seu aprendizado”. O futuro dessas crianças está nas mãos de quem está ao seu lado na aprendizagem; a confiança em si mesma, a capacidade de tomar decisões, a habilidade para solucionar problemas, a autonomia, a motivação para atingir objetivos dependerá do quando elas forem apoiadas. É necessário respeitar a individualidade da criança, aceitar as diferentes formas de sentir, pensar, agir, de aprender contribuirá e muito para a educação.

Na visão do autor, em uma época que muito se fala sobre inclusão, dificuldades de aprendizagem e até mesmo o fracasso escolar de crianças, adolescentes e jovens, mas, por outro lado, ao mesmo tempo surgem inúmeras descobertas no campo da neurociência; mostrando as possibilidades de como o conhecimento se processa no indivíduo, a educação não pode ficar à margem dessas descobertas a fim de possibilitar a importância de uma intervenção pedagógica como forma de ressignificar a aprendizagem.

Incorporar na prática, recursos alternativos valendo-se de materiais didático-pedagógicos e tecnológicos poderá ser um caminho mais seguro e eficiente para a escola, uma vez que torna a prática pedagógica mais dinâmica, e a participação dos alunos mais ativa no processo, considerando que:

[...] é diversificando as atividades, trabalhando conteúdos e utilizando recursos alternativos que se consegue a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente o seu crescimento pessoal, de forma que, possa aplicar e utilizar os conhecimentos adquiridos na prática social. (POLICARPO, 2008, p.8)

Por outro lado, introduzir a utilização dos materiais didático-pedagógicos sem prévia instrumentalização por parte do professor, não garante a eficácia do recurso e muito menos da aprendizagem.

Antes mesmo dos recursos tecnológicos emergirem, já se discutia sobre a importância dos recursos didáticos para o ensino e os seus efeitos sobre a aprendizagem, bem como, a importância da presença dos mesmos nos cursos de formação de docentes, uma vez que, nas propostas de formação continuada normalmente não se contemplava a presença dos mesmos. A atitude do professor frente ao ensino é algo que reflete positivamente ou negativamente no processo ensino e aprendizagem.

Policarpo observa que:

[...] infelizmente é comum ainda vermos professores que recorrem somente ao livro didático, em vez de utilizarem também outro recurso impresso para desenvolver seus conteúdos. Vale destacar que tais materiais também têm os seus méritos, mas, apresentam limitações, principalmente perante as novas exigências sociais e educacionais da contemporaneidade. O que se percebe é que na maioria das vezes, estes recursos não exigem criatividade por parte do professor, haja vista que, muitas vezes silenciam o aluno esvaziando sua capacidade de reflexão, ao exigirem do mesmo apenas a repetição e a mera memorização (POLICARPO 2008, p.13-14)

Moran (2009, p.3) também destaca:

Não podemos dar aula da mesma forma para alunos diferentes, para grupos com diferentes motivações. Precisamos adaptar nossa metodologia, nossas técnicas de comunicação a cada grupo. Tem alunos que estão prontos para aprender o que temos a oferecer. É a situação ideal, onde é fácil obter a sua colaboração. Existem outros que não estão prontos, que são imaturos ou estão distantes das nossas propostas.

Deste modo é possível inferir que, pensar na prática pedagógica, apenas limitando-se ao uso dos recursos didáticos indispensáveis, tais como: o quadro de giz e o livro didático é uma falácia.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AOS PROFESSORES DE CLASSE COM ALUNOS INCLUSOS

Para que um professor possa administrar com competência seu ensino, ele precisa primeiramente conhecer seus alunos. Sabemos que é prática comum, em nossa realidade educacional, que se faça o plano de ensino antes do início das aulas, antes de se vir a conhecer os alunos.

Se não conheço o aluno que vou receber, porque planejar o ensino? Vou ensinar para quem? Como vou ensinar? Que estratégias pedagógicas serão mais eficazes para cada um dos alunos que ainda nem conheço?

A Secretaria de Educação Especial – S.E.E – (BRASIL, 2000, p.29-30), garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. “Alunos com necessidades educacionais especiais”, aponta seis princípios importantes que podem auxiliar o professor a oferecer experiências educacionais apropriadas para esse grupo de alunos, no contexto da sala inclusiva: Estimular a independência de estudo do aluno ensinando-o a ser “eficiente e efetivo” nessa tarefa. Assim, é interessante que o professor estimule o aluno a ler, a pesquisar, a buscar novas informações em material extraclasse, de forma que ele aprende a estudar pesquisando. Desta forma, o aluno não precisa ficar “amarrado” ao conteúdo regular do plano de ensino da série ou nível em que se encontra (por ele, muitas vezes, já dominado), andando em seu próprio ritmo, ao mesmo tempo em que se evitam problemas na interação com colegas e mesmo com o professor.

Estimular que os alunos utilizem processos cognitivos, tais como o pensamento criativo, a análise crítica, a análise de prós e contras. Esse tipo de atividade permite ao aluno exercitar suas competências de forma construtiva e favorecedora de um desenvolvimento dentro de seu próprio ritmo.

Estimular os alunos a discutirem amplamente sobre questões, fatos, ideias, aprofundando gradativamente o nível de complexidade da análise, até culminar em um processo de tomada de decisão e comunicação com os demais, acerca de planos, relatórios e soluções esperadas a partir das decisões tomadas. Este procedimento não só estimula as operações de análise (reflexão sobre os múltiplos componentes da realidade enfocada, a identificação de possibilidades alternativas para a solução de problemas), e de síntese, como também a organização do pensamento, o raciocínio lógico, o planejamento de ações, a avaliação de possíveis consequências e efeitos das ações planejadas, a comunicação social das ideias, dentre outras competências.

Estabelecer as habilidades de comunicação interpessoal necessárias para que os alunos trabalhem tranquilamente com parceiros de diferentes faixas etárias, e de todos os níveis do desenvolvimento cognitivo. O fato de ter altas habilidades, sejam elas as competências que forem, pode tornar-se impeditivo para a convivência entre pares, razão pela qual é de grande importância que a interação e a comunicação interpessoal constituam objetivos de ensino, de igual importância aos demais conteúdos curriculares.

Estimular o desenvolvimento do respeito pelos demais seres humanos, independentemente de suas características, talentos e competências. A criança portadora de altas habilidades pode se tornar alguém impaciente com pessoas que funcionam em nível ou ritmo diferente do seu, ou desenvolver um padrão de a elas desqualificar. Isto é prejudicial para seu desenvolvimento pessoal e social, podendo ter consequências destrutivas para seu próprio processo de aprendizagem, bem como para a sociedade.

Assim, tratar do desenvolvimento e da prática do respeito humano enquanto conteúdo curricular é de importância e relevância educacional e social.

Desenvolver expectativas positivas do aluno quanto a escolhas profissionais que possam otimizar o uso de seus talentos e competências.

Cabe, também, ao professor, identificar os recursos didáticos especiais que seus alunos possam necessitar, para solicitá-los junto à direção da escola, e com ela procurar soluções para o caso do recurso pretendido não se encontrar ainda disponível na unidade escolar.

Ainda de acordo com a Secretaria Estadual – S.E.E (2000), a primeira instância na qual o professor deve promover as “adaptações” que favorecerão a experiência produtiva da escolaridade para todos os seus alunos é na elaboração do Plano de Ensino. Ao fazer isso, o professor deve estar aberto para a constatação da diversidade presente no seu grupo de alunos e para ela responder no âmbito da sua ação pedagógica. Seu planejamento, assim, deverá considerar a diversidade, estando alerta para as características individuais, que o envolve: A organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula; A seleção, a adaptação e a utilização de equipamentos e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem de todos os alunos; O planejamento das estratégias de ensino que pretende adotar em função dos Objetivos pedagógicos e consequentes conteúdos a serem abordados; A pluralidade metodológica tanto para o ensino como para a avaliação; A flexibilização da temporalidade.

2.5 SUGESTÕES ESPECÍFICAS DE COMO OS PROFESSORES ESCOLHER OS RECURSOS PEDAGÓGICOS

Colocar em prática a utilização de diversos tipos de recursos além do livro didático, como Laboratórios de Informática, Ciências, jogos, vídeos, áudios, livros paradidáticos, artigos científicos, obras literárias, dicionários específicos segundo a disciplina, enciclopédias, atlas, jornais, revistas, mapas que podem ser consultados na biblioteca da escola ou internet, dentre outros, possibilita aulas motivadoras ao mesmo tempo em que amplia os conhecimentos dos alunos. Neste sentido, Piletti (2010) recomenda:

Entretanto, a adoção desses recursos requer uma capacidade crítica dos professores, pois necessita de um planejamento prévio dos objetivos a serem atingidos para aquele conteúdo a ser abordado; que tipo de material é mais adequado para aquele momento e a faixa etária do aluno; como será utilizado; o tempo disponível, principalmente no caso dos filmes; o espaço físico da sala, a disponibilidade do Laboratório de Informática, Ciências, a biblioteca. Na dúvida “Nunca se deve utilizar um recurso que não se conhece suficientemente, de forma a poder empregá-lo corretamente” Em outras palavras, não há lugar para o improvisado. (PILETTI 2010, p.154)

Carvalho (2005, p.47) afirma ainda:

Esse conhecimento do material só é conseguido se o professor o experimenta, colocando-se na situação do aluno constitui-se uma aventura temerária utilizar um material sem instruções de uso, o que facilita o trabalho de análise do professor, mas não a dispensa (CARVALHO 2005, p.47)

Carvalho (2005), por sua vez, como exemplo, sugere que, quando professor optar por escolher recursos que não fazem parte da sua rotina deve saber qual o objetivo que se pretende atingir com a utilização dos mesmos. A título de parâmetros, pode-se considerar algumas alternativas como propostas.

Matemática - se ele está ensinando a estrutura do sistema de numeração decimal, faz sentido indicar livros paradidáticos que contam a história dos sistemas de numeração ou, em um nível mais elementar, utilizar materiais concretos que mostrem a estrutura e o funcionamento deste sistema;

Ciências - se o conteúdo é germinação, nada mais natural do que os alunos fazerem experimentos de germinação, trazendo sementes para plantar em pequenos vasos, que podem ser improvisados com partes de garrafas pet, por exemplo;

História - se o tema é escravidão, uma boa sugestão são filmes que abordam esse assunto, porém, sempre considerando a faixa etária dos alunos ou ainda revistas especializadas de História;

Geografia - se a turma está estudando a Região Amazônica, é natural exibir filmes que mostrem tanto os aspectos físicos da região como a vida das pessoas que aí moram; se for aspectos regionais, ambientais perto da realidade dos alunos, levá-los para estudos *in loco*.

Por outro lado, considerando a grande variedade de materiais disponíveis no mercado, o professor não se deve deixar deslumbrar sem atender para as finalidades que se propõe, pois alguns desses recursos são apresentados com todos os artifícios mercadológicos para atrair compradores. O professor deve sempre considerar como esse material pode contribuir para a sua prática e a aprendizagem dos seus alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na consideração de Piletti (2010), a utilização de recursos como estratégias de ensino ou auxílio de ensino, pode resultar em: Motivação e interesse dos alunos;

Favorecimento da capacidade de observação; Aproximação do aluno à realidade; Visualização ou concretização dos conteúdos da aprendizagem; Informações e dados; Fixação da aprendizagem; Ilustrações referentes as noções mais abstratas; Desenvolvimento à experimentação concreta.

O professor no seu dia-a-dia acumula experiências que permite conhecer estratégias pedagógicas que obtém melhores respostas seja em nível individual do aluno, seja em grupo. Devido a essa diversidade, estudos nessa área têm sempre como objetivos buscar maneira de tornar o ensino e aprendizagem cada vez mais significativa para um número maior de alunos. Prioriza-se estratégias para ensiná-los produtivamente, ajudando-os apreender o conteúdo; motivando-os para a situação de aprendizagem.

Considera a educação especial uma porta de oportunidade para crianças que sonham e deficiências como doenças que traz danos ao ser humano, mas que existem remédios e tratamentos de curas, relacionando esse termo com a educação especial observa-se que nessas pessoas existe força de vontade, persistência e principalmente capacidade de adaptação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina. **Projeto inclusão**; coordenação técnico-pedagógica MAYRE, B. C. Vigna. 1ª edição, São Paulo: Didática Paulista, 2004.

BERSCH, Rita e TONOLLI, José Carlos. “**Introdução à Tecnologia Assistiva**”. 2005. Disponível em: <<http://www.cedionline.com.br/ta.html>>. Acesso em: abril, 2017.

BRASIL. **Decreto 7612/2011**: Institui o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. 17 de novembro de 2011. Brasília: Distrito Federal, 2011.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: MEC/SEE, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**. Possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. Impressos e outros materiais didáticas em sala de aula (2005). In: **Materiais didáticos: escolha e uso**. Disponível em: <www.tvbrasil.org.br.>. Acesso: 19 jun. 2017.

GOFFREDO, V. F. S. de. Integração ou segregação? eis a questão. In: MANTOAM, M. T. (org.). **A integração da pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2002. p. 230-235.

GÓMEZ, Ana Maria Salgao; TÉRAN, Nora Espinosa. **Dificuldades de aprendizagem**. Detecção e estratégias de ajuda. Tradução de Almeida Navarro. São Paulo: Grupo cultural, 2008.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

MARTINS NETO, J. C.; ROLLEMBERG, R. S. **Tecnologias assistivas e a promoção da inclusão social**. 2005. Artigo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=15515>. Acesso: abri, 2017.

MACHADO, C. B. **O Impacto da Tecnologia Móvel na Vida Cotidiana**. Think, Caderno de Artigos e Casos da ESPM / RS, v.4, n.1, Jan-Jun 2006, p.36-39. 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Egler et al. (orgs). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.—. Ser ou Estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas educativas: perspectivas que se abrem para a educação especial. **Educação & Sociedade**, ano XXI, 71, 197-220, 2000.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 24^a ed. São Paulo: Ática, 2010.

POLICARPO, Ivani. **As contribuições dos recursos alternativos na prática pedagógica**. (2008). Disponível em: <portaldiaadiaeducacao.pr.gov.br> Acesso em: 10 de junho de 2017.

PRIOSTE, Claudia Dias; RAICA, D.; MACHADO, M.L.G. **Dez questões sobre a educação inclusiva mental**. São Paulo: Avencamp, 2006.

REILY, Lúcia Helena. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Rio de Janeiro: Papyrus, 2004.

SANTAROSA, L. M. C. "Escola virtual" para a educação especial: ambientes de aprendizagem telemáticos cooperativos como alternativa de desenvolvimento. **Revista de InformáticaEducativa**, Bogotá, v. 10, n. 1, p. 115-138, 1996.

SASSAKI, K. R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. "**Acessibilidade**: Uma chave para a inclusão social". 05 mai. 2005. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm>. Acesso em: abril, 2017.

TIBALLI, E. F. A. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. In: LISITA, V. M. S. de S.; SOUZA, L. F. E. C. P. (Org.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.